



Estado de Sergipe
Administração Estadual do Meio Ambiente



LICENÇA AMBIENTAL



A Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso VIII, da Lei Estadual nº 5.057, de 7 de novembro de 2003, atendendo ao requerimento relativo ao Processo 2024/TEC/AAQ-0155, outorga a presente

Autorização Ambiental de Queima Nº 113/2025

em favor de ANTONIO MUNIZ DA MOTTA, CNPJ nº 00.407.844/520-, sediado na Fazenda Junco Novo, Zona Rural, Capela, SE, CEP 49.700-000, referente à queima controlada da palha da cana-de-açúcar em uma área de 42,66 hectares, distribuídos em 9 (nove) talhões na Fazenda Junco Novo, localizada na zona rural do município de Capela/SE, no período de 90 (noventa) dias a partir da emissão desta autorização.

Considerações Gerais

01. Esta Autorização Ambiental de Queima foi emitida às 10:14:02 do dia 26/11/2025, com validade por 90 dias, vencendo-se em 24/02/2026.
02. O código de controle desta licença é <f957c38d466a6e5927daeb3608ec0da5> e a sua aceitação está condicionada à autenticidade a ser conferida na internet no endereço eletrônico <http://www.adema.se.gov.br>, e à não existência de rasura.
03. Esta licença não exclui nem substitui outras licenças, caso exigidas por força de legislação federal, estadual ou municipal.
04. O não cumprimento das obrigações e das condicionantes aqui estabelecidas implicará na adoção das penalidades previstas em lei.
05. A Adema, mediante decisão motivada, a requerimento do empreendedor ou por ato de ofício, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, se ocorrer:
 - a) Violação de normas ambientais;
 - b) Inadequação de quaisquer condicionantes;
 - c) Omissão ou falsa descrição de informação relevante que poderia subsidiar ou subsidiou a outorga da presente licença;
 - d) Superveniência de grave risco ao meio ambiente e/ou à saúde pública;
 - e) Superveniência de normas técnicas e legais sobre a matéria;
 - f) Presença de zona aquífera e ecossistemas cavernícolas não detectados na prospecção do terreno.

Obrigações do empreendedor

01. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, o empreendedor deverá providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado, o extrato deste instrumento de licença, conforme modelo



Licença: 113/2025

Código: f957c38d466a6e5927daeb3608ec0da5

Condicionantes

1. Fica autorizada a execução da queima controlada em uma área de 42,66 hectares, dividida em 09 (nove) talhões (07; 09; 10; 11; 13; 17; 19; 20; 21), pelo período máximo de 90 dias a partir da data da emissão desta autorização.
2. Os talhões de nº 01; 02; 03; 04; 05; 06; 31; 32; 33; 34 e 35 não estão autorizados, uma vez que a queima controlada em talhões que fazem limite com a UC Mata do Junco representa risco significativo à biodiversidade local, à fauna silvestre e à integridade ecológica da unidade, contrariando os dispositivos legais supracitados e os princípios da prevenção e precaução ambiental.
3. Os talhões 08; 12; 14; 15 e 16 não estão autorizados para a queima pois possuem cursos d'água que não estão com as APPs preservadas, não atendendo ao disposto na Lei 12.651/2012.
4. Adverte-se que, conforme estabelecido pelo Art. 13 da Resolução CEMA nº 53/2013, é proibido o uso do fogo numa faixa de cinquenta metros a partir de aceiro, de dez metros de largura ao redor das Unidades de Conservação, que deve ser preparado, mantido limpo e não cultivado.
5. O empreendedor deverá requerer a renovação da Autorização Ambiental para queima controlada no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do início das queimas, conforme dispõe a Resolução CEMA nº 46/2014.
6. O empreendedor deverá realizar a atividade de queima controlada conforme o plano de queima e cronograma apresentados e aprovados pela Adema.
7. O empreendedor deverá respeitar e preservar as áreas destinadas à Reserva Legal e às Áreas de Preservação Permanente, conforme dispõe a Lei Federal nº 12.651/2012.
8. O empreendedor deverá preparar aceiros de no mínimo 03 (três) metros de largura ampliando esta faixa quando as condições ambientais topográficas climáticas e o material combustível a determinarem.
9. O empreendedor deverá executar a confecção de aceiros para a proteção contra incêndios em toda a circunvizinhança, bem como a distância mínima de 15 (quinze) metros da área de plantio (faixa de servidão) para o eixo principal das linhas de transmissão de energia elétrica, conforme norma NBR nº 5422.
10. O empreendedor deverá realizar o enleiramento dos resíduos de vegetação de forma a limitar a ação do fogo.
11. A queima controlada deverá ser executada por pessoas capacitadas para atuar no local da operação com equipamentos apropriados ao redor da área e evitar propagação do fogo fora dos limites estabelecidos.
12. As queimadas deverão ser realizadas de forma unidirecional, no sentido das áreas florestadas visando permitir a fuga dos animais para áreas do entorno.
13. Esta Autorização Ambiental para Queima Controlada atende ao que preconiza a legislação ambiental pertinente, em especial, Lei nº 12.651/2012, Resolução CEMA nº 53/2013 e Resolução CEMA nº 46/2014 e Decreto Estadual nº 2.576/2009.
14. Valendo-se do Art. 10º do Decreto nº 2.661 de 08 de julho de 1998, recomenda-se que o empreendedor faça o uso da queima em horários alternos aos de funcionamento de escolas e postos de saúdes das comunidades circunvizinhas além de respeitar o Art. 4º, inciso VII deste mesmo decreto.
15. Caso o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) identifique a existência de bens acautelados em âmbito federal na Área de Influência Direta – AID do empreendimento licenciado, de acordo com Art. 01 da Instrução Normativa 01/2015, esta licença poderá ser revisada e/ou revogada, as expensas deste órgão.



Licença: 113/2025

Código: f957c38d466a6e5927daeb3608ec0da5

Condicionantes

16. O empreendedor deverá realizar o afugentamento, coleta e/ou captura da fauna silvestre, bem como dos ninhos presentes no período de colheita da cana-de-açúcar na área a ser queimada.
17. O empreendedor deverá adotar medidas de proteção à fauna, evitando que os animais vertebrados fiquem em qualquer momento cercados pelo fogo, ou que sejam impedidos a sair da área, tendo ainda o cuidado para que, na construção ou abertura de aceiros, pequenas barragens e caminhos para o combate a incêndios, não sejam destruídas espécies notáveis ou raras da biota local.
18. Durante a queima controlada da palha da cana-de-açúcar, caso seja observado indivíduos da fauna em risco, ferido ou atropelado, a Adema deverá ser imediatamente comunicada.
19. Quaisquer alterações relativas ao Plano de Queima Controlada e/ou Cronograma da Fazenda Junco Novo (coordenadas UTM 24L 714167 E / 8831535 N) deverão ser encaminhadas à Adema, acompanhadas da respectiva justificativa para análise.

